

**De pé no chão também se aprende a ler: uma escola democrática
(1961-1964)**

**Standing on the floor you can also learn to read: A Democratic School
(1961-1964)**

DOI:10.34117/bjdv7n7-199

Recebimento dos originais: 07/06/2021

Aceitação para publicação: 02/07/2021

Adryana Sampaio Sousa

Acadêmica do curso tecnólogo de Saneamento Ambiental
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.
E-mail: adryanasampaio@hotmail.com

Alicia Cristine Ribeiro Rocha

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Química
Universidade Federal de Roraima.
E-mail: aliciaribeiro2017.1@outlook.com

Josué Carlos Souza dos Santos

Mestrando em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania Universidade
Estadual de Roraima.
E-mail: josue.santos@uerr.edu.br

Sebastião Monteiro Oliveira

Doutor em Educação. Universidade Federal de Roraima.
E-mail: sabaufrr@outlook.com

Zelângela da Silva Santos

Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal de Roraima
E-mail: silvazelangela@gmail.com

RESUMO

Essa pesquisa rememora o contexto social e político em que ocorreu o projeto “De pé no chão também se aprende a ler” no período anterior ao golpe militar de 1964. O objetivo desse trabalho é compreender o contexto social e político que envolveu tanto o período de 1961-64 quanto suas conseqüências: a prisão dos envolvidos nesse projeto de alfabetização e inclusive mortes durante este exílio, referenciando a importância do trabalho da educação popular no Brasil. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, tendo como fonte primária o livro de Moacyr de Góes sobre esse trabalho de alfabetização, além de vídeos e depoimentos da época. Os resultados esperados na construção dessa pesquisa são fazer uma reflexão a respeito dessa iniciativa e lembrar desse trabalho brutalmente interrompido pelo golpe militar.

Palavras-chave: Educação, Alfabetização, Escola, Golpe Militar.

ABSTRACT

This research recalls the social and political context in which the project “De pé no chão também se aprende a ler” that happened in the period before the military coup of 1964. The objective of this work is to understand the social and political context that involved both the period of 1961-64 and also its consequences: the arrest of those involved in this literacy project and even deaths during this exile, referring to the importance of the work of popular education in Brazil. The methodology used was bibliographic research, having as primary source the book by Moacyr de Góes on this literacy work, in addition to videos and testimonies of the time. The expected results in the construction of this research are to reflect on this initiative and remember this work that was brutally interrupted by the military coup.

Keywords: Education, Literacy, School, Military coup.

1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1960-1964 foi lançado o Projeto de Alfabetização *De Pé no Chão também se Aprende a ler* com intuito de erradicar o alto índice de analfabetismo na grande área carente da periferia da cidade de Natal, capital de Rio Grande do Norte. O projeto foi idealizado durante a administração do prefeito Djalma Maranhão, um prefeito que administrou como meta principal a educação. Um de seus sonhos como administrador era a erradicação desse mal, o analfabetismo, que assola o país até os dias atuais. Suas dificuldades, vitórias e sua coragem naquele momento histórico trouxeram uma riqueza para a educação brasileira, percurso este que foram seguidos de muito esforço e dedicação.

Nesse trabalho, se pretende descrever a trajetória de Djalma Maranhão durante seu mandato como prefeito, através do livro de Moacyr de Góes, *De pé no chão também se aprende a ler*, que trouxe como objetivo principal erradicar o analfabetismo e junto com eles outros problemas oriundos dessa problemática, descrevendo como nasceu o projeto, sua visão política e como o projeto ganhou força e destaque na educação e cultura naquela época apesar de todos os percalços.

Durante o período mencionado, diversos fatos aconteceram que tornaram praticamente impossível a execução desse projeto, como golpe de Estado em abril de 1964, a deportação de Djalma Maranhão da prefeitura, que incluiu a cassação de seu mandato e sua prisão em quartéis do Exército em Natal, na ilha de Fernando de Noronha e no Recife.

A metodologia utilizada foi a análise do referencial bibliográfico e os vídeos e depoimentos da época, tendo como fonte primária o livro de Moacyr de Góes *De Pé no Chão também se Aprende a ler*, onde descreve a trajetória dessa ação de alfabetização. A

escolha de tais métodos se constitui fundamental para as análises a serem levantadas, bem como a apresentação do percurso histórico e conseqüências o qual levou esse projeto e seus nomes serem lembrados inclusive nos dias de hoje.

Para Sartre, o uso das análises de imagens, sua materialidade, seus diversos signos enunciando significado ajudam a fundar afirmações a cerca dele. Ele dirá que a imagem pode ser definida por sua intenção e que também “é preciso que ela se carregue de conhecimentos, que atravesse uma certa camada de consciência que poderíamos chamar a camada do saber (SARTRE, 1996, p. 83)”. Assim, nos permitimos passar por um processo de rememoração, de visitar um acontecimento histórico e analisar, em diversos materiais midiáticos e tecnológicos, suas raízes e conseqüências que trazem considerações sociais até os dias de hoje.

Os resultados esperados dessa pesquisa são a retomada dessa temática nas academias, trazendo de volta a lembrança e a memória desse projeto, que custou a prisão e o exílio de seus idealizadores que ousaram combater um estado permanente de ignorância.

2 A CIDADE NA VIRADA DA DÉCADA

Entre a década de 1940 a 1950, Natal foi o estado brasileiro que mais apontou dados de crescimento. Ao analisar dados do censo demográfico de 1960 provido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cavalcanti (2012, p. 44, *apud* Germano, 1989, p. 72) dirá que 60.254 habitantes eram analfabetos de um total de 154.276 pessoas, sendo metade desse impressionante número representado pelas crianças (GOÉS, 2005). Ele dirá ainda que o reflexo da desigualdade social imprimia um quadro de pobreza material e educacional a uma enorme parcela de seus habitantes (*Ibidem*, p. 44). Já na virada da década de 1950 para 1960, o setor de “prestação de serviços” conseguiu reunir o maior número de pessoas em Natal, cerca de 27% de toda a população e destes pôde concluir que excluindo as pessoas que trabalhavam como domésticas que não eram remuneradas, alunos e as pessoas que não se enquadravam em nenhum ramo, havia um valor de 12% que exerciam atividades em estabelecimentos instalados, 15% em indústrias de transformação (que na época eram indústrias de couro e de pele), 14% em comércio de mercadorias e 10% em transporte, comunicação e armazenagem.

É tão fundamental entender o contexto histórico o qual o projeto foi idealizado e desenvolvido justamente para proporcionar uma visão mais ampla. Teixeira & Silva (2017), ao analisar o contexto da inserção desse projeto na sociedade, dirão que:

Na época, no Brasil, as pessoas que não possuíam a condição de letrado não poderiam participar dos processos eleitorais, pois analfabetos não escolhiam seus representantes políticos (TEIXEIRA & SILVA, 2017, p. 37).

De Goés vai dizer que devido a estes fatores o estado sofreu diversas greves e a mais significativa foi a da construção civil em 1963, pois o estado possuía um mercado de trabalho difícil. Assim, na virada da década, foi definido pelo então prefeito Djalma Maranhão em sua mensagem à câmara dos vereadores em 1962, dizendo que natal crescia horizontalmente, sem indústrias, sem aumento da riqueza social e que tinha na atividade comercial e de setor e serviços a concentração de sua população ativa.

Em 15 de dezembro de 1959, o Congresso Nacional cria Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste “SUDENE”, a qual reconhecia em seu documento-base que no centro-sul do Brasil a industrialização era uma forma inteligente de se desenvolver e para o Nordeste ela era a única forma de atingir este desenvolvimento. Caso contrário, não restaria senão a triste opção de despovoar-se o estado ou então permanecer com uma renda muito baixa. É nesse contexto social que será implantado o projeto de alfabetização.

3 O IDEALIZADOR DE UM SONHO.

Prefeito desde 1956, Djalma Maranhão volta a se eleger em 1962 e se torna o primeiro prefeito eleito por voto direto em Natal. Além disso, Miguel Arraes se elege para o governo em Pernambuco. Contudo isso as forças populares e democráticas conseguiram um espaço bem maior no Nordeste. Ele era um homem muito honesto, administrador competente, que deixou seu legado na educação com o projeto *De pé no Chão também se aprende a ler*, que surgiu da vontade do povo através de comitês nacionalistas que os representavam, chegando como meta número um essa pauta: a educação. A região do nordeste era a mais afetada por diversos problemas, dentre eles falta de emprego, misérias e injustiças social, marginalismo econômico e social da população.

Convidou para ser Secretário de Educação Moacyr de Góes, pouco lembrado na literatura que trata de alfabetização de crianças e adultos, no entanto, fez um grande trabalho juntamente com o prefeito. Djalma Maranhão foi eleito pela vontade do povo e durante esses anos de mandato procurou ouvir ao máximo as solicitações de forma fiel mesmo sabendo que consigo traria riscos e ônus, foi dessa forma através da vontade do povo que o programa *De Pé no Chão também se Aprende a Ler* nasceu. Djalma Maranhão passou por diversas questões, como a proibição do direcionamento da ação educativa do município para as grandes áreas carentes, para as grandes manchas do analfabetismo na

periferia da cidade. – Que fazer? Como conseguir profissionais que estivessem sensíveis à causa? E como esse programa se desenvolveu, apesar de todas essas questões, e alcançou dados estáticos de altos índices de qualificação e aprovação escolar, tudo isso a um custo baixo?

Nos dois governos do prefeito de Natal Djalma Maranhão (1956 a 1959 e de 1960 a 1964) como chefe do gabinete e como secretário da educação. Em ambos os momentos, o governo municipal de Natal teve como postura a denúncia democrata e popular, o que fez ser conhecido como “prefeito do subúrbio” pela soberania local - anátema transformado em plataforma política, em termos objetivos de sua administração.

O prefeito Djalma Maranhão foi deposto, preso nos cárceres de Natal, ilha de Fernando de Noronha e Recife, foi condenado pela 7ª auditoria do exército, Djalma Maranhão morreu no exílio do Uruguai; em 1971. O mesmo foi arrancado da prefeitura de Natal no dia 02 de abril de 1964, sem ao menos ter tido tempo de fechar as gavetas. Todos os inquéritos só serviram para demonstrar sua honestidade e dignidade nas aplicações do dinheiro públicos.

Os tempos eram de caça às bruxas e as acusações de comunismo não escondiam o braço armado do imperialismo, da insegurança da classe média e de políticos desonestos aproveitadores da nova situação criada. A principal acusação à administração municipal era a alfabetização do povo: a campanha de pé no chão também se aprende a ler. A configuração desse projeto pode ser entendida a partir do entendimento da definição de práticas educativas, pedagógicas e docentes, vertentes da educação presente nos ditames dessa área. Silva (2021) dirá que:

(...) a prática educativa caracteriza-se pelas relações das ações sociais intencionais que compõem a sociedade em desenvolvimento em diferentes locais; a prática pedagógica tem relação com o processo educativo em vários lugares, e procura atender às exigências que vislumbrem a unidade teoria-prática nas relações sociais; e prática docente é a ação social do professor, que deve ser organizada com intencionalidade sistematizada com objetivos comuns ao grupo social, que deve relacionar os conteúdos trabalhados na escola para além da sala de aula (SILVA, 2021, p. 11885).

A partir de 1935 a intolerância política cresce modernamente no Rio Grande do Norte. Para citar apenas um exemplo e este muito conhecido, em 1946, o Dr. Vulpiano Cavalcanti, por ser comunista, foi preso em Fortaleza, Recife, Areia Branca e Natal, sendo torturado, em 1952, nos cárceres da Base Aérea de Natal: “Davam-me tanto, que usavam luvas, e só paravam quando desmaiava”. Nesta época o Dr. Vulpiano Cavalcanti chegou

a ser torturado com clister de pimenta.

No Nordeste a violência tinha um segmento exacerbado, certamente, pela certeza da impunidade. De tiroteios no bairro de Ribeira, em Natal, ao atentado de tocaia e ou assassinato à luz do sol, no interior do Estado, padeceram cafeistas, maristas e zé-augustistas (partidários de Café Filho, de Mário Camara e de José Augusto Bezerra de Medeiros), liberais e governistas anteriores a 1930, contrários a revolução de Vargas e comunistas.

4 O “CAFEÍSMO” E DJALMA MARANHÃO

Assim que se deu iniciou ao estado novo, Djalma Maranhão com pouco mais de 20 anos de idade regressa a Natal, depois de sua permanência no sul do país. Assim que regressa a Natal se preocupa com a edição e circulação de um jornal esportivo e, logo depois, com a criação de um clube de futebol- o Atlético. Contudo, pouco a pouco o mesmo vai se adentrando na profissão que o definirá como jornalista. Em 1946, com o partido comunista legalizado, Djalma Maranhão rompe com os seus quadros e publica na imprensa uma carta onde se renova com sua posição socialista. Ele, porém, denuncia como “aventureira” a liderança comunista local. Contudo, Djalma Maranhão é expulso sem ter nenhum direito de defesa, assim afirmaria a *carta aberta ao povo e ao proletariado do Rio Grande do Norte*. Então, Djalma Maranhão segue outro caminho e se alia a militância no cafeísmo. Onde estão agrupadas as forças progressistas do Rio Grande do Norte, lutando contra o Estado Novo e o fascismo. Aliás, seu espaço político neste está assegurado, pois, seu sogro é um cafeísta.

Cafeísmo é o fenômeno típico das lutas das camadas médias urbanas contra as oligarquias da República velha, especificamente no Rio Grande do Norte. Tinha como líderes principais Café Filho e Kerginaldo Cavalcanti.

No livro *Vertentes*, do autor João Maria Furtado, estuda o fenômeno do cafeísmo. Além disso, o mesmo tem grande peso pois sofreu e viveu a época, e assegura as palavras de Café Filho quando diz que de muito advogar as causas dos pobres, ele acabou aderindo ao seu drama e tomando suas reivindicações, seja nos sindicatos, seja nas ruas. Café Filho fundou o primeiro sindicato operário em Natal, após liderar greves de estivadores e de pescadores no ano de 1923.

Em 1951, Café Filho se torna vice-presidente da república, na chapa de Vargas, apesar de todas as dificuldades enfrentadas para conviver com o getulismo do Estado Novo e da campanha da liga eleitoral católica. Porém, já não era de bom-tom, no ambiente

social, lembrar de Café Filho misturado com os operários, greves, pescadores e sindicatos. Pois, Café Filho tinha se tornado agora o vice-presidente e a oligarquia foi granjeando o político rebelde.

Em 1954, Café Filho se tornou presidente da república e devido a este fato o cafeísmo se tornou órfão, pois a conciliação castrara o cafeísmo no que ele tinha de mais autêntico que eram: a insubordinação, a rebeldia, o não-conformismo diante da miséria econômica do Nordeste. Depois, disso Djalma Maranhão retoma o antigo discurso cafeísta e se torna prefeito de Natal em 1956 e ficará como prefeito apesar de pequenas interrupções por causa de um mandato de deputado federal até 1959.

5 PRIORIZANDO A EDUCAÇÃO

Em uma das citações do prefeito Djalma Maranhão aliás, em uma de suas mais longas, descreve Natal como na maioria das capitais nordestinas, que viviam com os efeitos do desemprego e o emprego informal que obtinham como resultado a prostituição, o crime e a miséria. Além de dizer que Natal crescia apenas horizontalmente porque sua renda era das mais inferiores. Durante a citação é possível observar a denúncia do descompasso que existia entre a realidade social e econômica de Natal com a situação da superestrutura jurídico-política a qual se encontrava. Em 1º de abril de 1964, o prefeito Djalma Maranhão mesmo com muitos dos políticos e militares ainda indecisos com a situação grave e decisiva que o Brasil passava, torna pública sua posição: defesa a legalidade democrática.

Porém, devido a esta enorme fidelidade que o prefeito Djalma Maranhão possuía, ele foi preso e deportado para a Ilha de Fernando de Noronha e até mesmo a sua morte no exílio do Uruguai foi resultado de toda sua coerência na vida política.

Djalma Maranhão teve sua candidatura a prefeito, sob a legenda do PTN (Partido Trabalhista Nacional) impugnada em janeiro, pelo PDC e pelo PSD junto ao Tribunal Regional Eleitoral, em março o TER rejeitou as impugnações por unanimidade.

A campanha ganhou as ruas, antes da decisão do TER, em 27 de janeiro, os 11 principais sindicatos do estado, através dos seus presidentes, lançaram uma proclamação para uma frente popular nacionalista, que enfatizava, entre outras questões, o compromisso exclusivo com o povo, sem compromissos políticos ou grupos econômicos, Djalma Maranhão para prefeito de Natal, etc.

O governo municipal de Natal adotou como meta o plano de erradicar o analfabetismo. Assim, o prefeito criou em 1957 o projeto de escolinhas de ler, escrever e

contar. Além disso, foi reativado um curso intensivo de preparação de magistério leigo e mais 250 monitorias se somariam as 88 que já lecionavam. Porém, mesmo sendo da vontade do povo e do prefeito acabar com o analfabetismo em Natal, o estado não possuía dinheiro para construção de novas escolas. Então, depois de uma reunião demais de duas horas com 40 a 50 homens e mulheres, nasceu o movimento que mais tarde foi batizado como campanha de pé no chão também se aprende a ler. Ao concluir a reunião, ficou decidido que pelo fato de o estado não possuir dinheiro para construção de novas escolas de alvenaria, o programa seria ampliado nas escolas já existentes e as novas escolas seriam construídas com palhas de coqueiro. No dia 23 de fevereiro de 1961, o prefeito Djalma Maranhão recrutava alunos pessoalmente. A repressão de 1964 prendeu a diretoria de lideranças dos bairros que eram responsáveis por cuidar das escolas de palha de coqueiro nas rocas.

6 DE PÉ NO CHÃO: UMA FRENTE POPULAR

Na primeira metade dos anos 60, o Brasil passa por uma crise, a partir do esgotamento do modelo de substituição das importações. Essa crise ataca o setor econômico, político e social. Para tentar solucionar a crise são criadas alternativas, em forma de propostas transformadoras na estrutura de produção. A mais importante reforma de base agrária implicava em abrir o mercado interno e deter a concentração de renda e modificar as relações de dependência aos centros de decisão do capitalismo internacional. O mais beneficiado era o setor industrial. A alternativa era aprofundamento da dependência externa promovendo o desenvolvimento associado ao imperialismo, considerando que os bens do desenvolvimento ficariam mais restritos às frações das classes dominantes.

O golpe de Estado de 1964 abre caminho para a vitória da segunda alternativa, dando privilégios ao capital e detrimento da absorção da mão-de-obra. Luiz Gonzaga de Sousa Lima identifica o aumento da radicalização política, tendo em vista dois novos fatores que são a organização dos camponeses e a divisão dos católicos. Ele relata a mobilização nos sindicatos e ligas camponesas em favor de luta pelos interesses de classe, força social tradicionalmente conservadora. Os católicos estavam divididos em diversas agremiações políticas, cada vez mais dominantes âmbito político. Partes dos católicos se deslocaram, organizando sua própria instituição que se deu através da Ação Católica Brasileira (ACB) e se exprimiu, em um segundo momento, através de uma força política própria, o movimento de Ação Popular (AP), integrada a movimentos de lutas populares

por todo país.

A igreja entrara politicamente no campo, no Rio Grande do Norte com várias organizações: FTR (Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte), FPPT (Federação dos Pequenos Proprietários de Terras), FTA (Federação dos Trabalhadores Autônomos), MEB (Movimento de Educação de Base), SAR (Serviço de Assistência Rural) e JAC (Juventude Agrária Católica), sob a orientação da Arquidiocese de Natal e supervisão do administrador apostólico da Igreja de Natal. Sessenta e seis sindicatos rurais no Estado, em abril de 1964, evidenciam a penetração da Igreja no campo, disputando a adesão de camponeses com as Ligas de Francisco Julião e com os sindicatos criados pela ULTAR (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Rurais do Rio Grande do Norte), de tendência marxista.

O policial José Domingos redigiu um relatório informando que lideranças católicas teriam se contaminado pelas lideranças marxistas, fugindo a linha de conduta e orientação dada por administrador apostólico da Arquidiocese de Natal, praticando e orientando os dirigentes dos Sindicatos rurais ideias diferentes das aconselhadas pela Arquidiocese. O fato de o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, José Rodrigues Sobrinho, ter telegrafado ao presidente João Goulart, dispondo solidariedade e colocando à disposição 50 mil camponeses, foi erroneamente interpretado como ato de traição a Dom Eugênio Sales, fazendo uma nota no relatório antes citado de José Domingos. Esse relatório, publicado em 20 de setembro de 1964, tinha preocupação de incriminar as lideranças camponesas e isentar a liderança de Dom Eugênio Sales de qualquer suspeita.

Esses movimentos chamaram a atenção, pois os camponeses antes isolados, agora participariam com voz do processo político, mesmo sendo organizados nos “são e sagrados princípios do cristianismo”, se organizavam em sindicatos e ligas, fazendo com que fosse alvo de uma investigação específica para o campo, dentro do golpe de 1964, o que resultou no indiciamento de 28 lideranças camponesas no Rio Grande do Norte, resultado de mesquinhas perseguições políticas locais, do receio dos proprietários rurais e ignorância, má-fé e ódio ideológico dos dirigentes de IPMs.

Quanto ao segundo fator de radicalização política, a divisão dos católicos, convém lembrar que o grande pano de fundo são o pontificado de João XXIII, o Vaticano II e a liderança de uma hierarquia progressista na CNBB. Essa estimulava os setores de frente da ACB (a Juventude Universitária Católica e a Juventude Estudantil Católica) a ter uma crescente participação política em seus organismos de classe. (GÓES, 1980).

Em função do seu engajamento no social e político coerentes com a perspectiva de classe que assumiam (os jovens da ACB), apoiavam e recebiam apoio das forças que concordavam com as suas propostas, que se encontravam nas esquerdas e no próprio PCB. No Rio Grande do Norte, ocorria principalmente em termos de JUC (GÓES, 1980). O maior medonão seria a miséria o estimulante de tais comportamentos, mais sim o fato de os miseráveis ocuparem espaço político e assim construir uma nova igreja.

No Congresso Nacional, a JUC de Jundiá (Rio Grande do Norte, 1961), houve uma ruptura com a hierarquia, em função da aliança da JUC, em frente ampla, com o PC e os independentes na UNE. Aí lhe foi “retirado o mandato da Igreja” e a JUC dividiu-se⁵². Enquanto frações da JUC permaneciam no MEB ou continuavam o trabalho de aplicação do Sistema Paulo Freire, uma terceira posição, já definida em termos de AP, rompe com a hierarquia e integra-se na campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler (GÓES, 1980).

Essa nova aquisição a campanha traz uma grande contribuição, definindo assim ideologicamente. Uma parte dos católicos opta pelo socialismo, aliando-se a marxistas e liberais, em frente democrática, focada na política de cultura popular no Rio Grande do Norte. A AP foi a primeira manifestação de efetiva originalmente da esquerda católica. É possível perceber também que o núcleo progressista da hierarquia e a AP foram as forças organizadas que mais contribuíram para determinar o comportamento futuro dos católicos do País. Assim, a emergência da AP foi um marco inédito, viraram história e formaram uma nova organização da esquerda. Para a AP, o conceito de cultura seguia duas grandes linhas: o humanismo cristão e o humanismo marxista, considerando que o documento-base define a cultura como o processo histórico pelo qual o homem, compreendendo-se, compreende o mundo em relação de transformação e os outros homens em relação de reconhecimento, criando um mundo humano e nele se realizando como homem (...). A cultura é o espaço vital do homem, não dado pela natureza, mas estruturado pelo próprio homem. Por isso mesmo não é um espaço feito, um contorno acabado. É uma dimensão que se renova: um universo em expansão. (GÓES, 1980).

A organização dos camponeses e a emergência da AP são indicadores apontados então como um marco da radicalização política no Brasil, de 1960 a 1964. A pequena Macondo/Natal, voltada pra política progressista a nível nacional, sem ter as condições objetivas dos grandes centros, mesmo sem grandes poderes nem destaque.

Nessas últimas pode-se situar, nos limites de Natal, os Comitês Nacionalistas, a Frente de Mobilização Popular, o Centro de Cultura Popular, De Pé no Chão, o Sistema

Paulo Freire, o MEB, o Comando Estadual dos Trabalhadores, a AP, o PC e outras organizações. Assim, sem as condições de ultrapassar os limites locais, mas fiéis ao momento histórico brasileiro, as forças políticas progressistas de Natal, em 1964, vivenciaram coerentemente o seu discurso político, correram os riscos e pagaram o preço (GÓES, 1980).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber, o programa *De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler* realizado na cidade do Natal/RN entre os anos de 1961-1964, foi pensado e desenvolvido para uma educação voltada para o povo de baixa renda, valorizando o direito de cada cidadão. Este projeto apesar de início tentar erradicar o analfabetismo, também formou bastante profissionais e constituiu um índice alto de aprovação de seus inscitos. Destaca-se nesse Programa o método de Paulo Freire, mostrando que a cultura também é importante para formação do indivíduo, respeitando as diferenças sociais e seu legado cultural, como por exemplo a troca de experiências e saberes em que os indivíduos são educados e se educam, aprendem a ensinar e ensinam ao aprenderem. O local que os cerca também os ensina, pois são repletos de saberes culturais que não podem ser desprezados.

Djalma Maranhão se baseava tanto na situação em que as pessoas estavam inseridas, levando em consideração, sua situação financeira precária, quanto era sensível aos valores através de suas crenças e culturas. Portanto, vale ressaltar que o projeto *De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler* se reflete na educação de hoje onde se deve levar em consideração todo o contexto ao qual o educando está inserido, como sua cultura, o meio o qual está inserido, suas dificuldades, entre outras, pois o processo de aprendizagem é um universo amplo onde todas as partes estão ensinando e aprendendo. Com relação aos desafios profissionais, foi dado o pontapé inicial a muito tempo, mais ainda há muito em que se fazer como diria os versos de Neruda relato no livro que fala:

Não renuncieis ao dia que vos entregam os mortos que lutaram. Cada espiga nasce de um grão entregue à terra, e como o trigo, o povo inumerável junta raízes, acumula espigas, e na tormenta desencadeada sobe à claridade do Universo. (GÓES, 1980, p. 35-36).

De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler nos remete a nossa realidade e nos traz uma análise que ainda devemos lutar muito para se ter uma educação de qualidade voltada para o povo e o quão difícil é a luta. Por conta dessa e de outras iniciativas populares,

todas as pessoas envolvidas foram presas e exiladas, Djalma Maranhão morreu no exílio, pagando um preço alto pela ousadia de priorizar o combate ao analfabetismo, mas deixou o seu legado e seu nome na história.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, E. A. G. **A Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler: Uma Extraordinária Experiência Pedagógica e Política.** QUIPUS, v. 1, p. 41-56, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/155/168>> Acessado em: 21/02/2021.

FERREIRA, A. **A SUDENE e o Nordeste: sobre os primórdios de sua atuação.** V. 30, n.1/2. Fortaleza: Revista de Ciências Sociais, 1999. p. 44-57.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa.** 36. ed. São Paulo: Editora EGAP, 1996. 144p. (Coleção Saberes).

GÓES, M. **Dé pé no chão também se aprende a ler. (1961-1964) uma escola democrática.** Educação e transformação. v. 3. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira S/A, 1980.

_____. **Natal, anos 60: de pé no chão também se aprende a ler & círculos de cultura.** Natal: Diário de Natal; SEECD-RN, 2005. (Projeto Ler, fascículo 1).

SARTRE, J.-P. **O Imaginário.** Trad. Duda Machado. São Paulo: Ática, 1996.

SILVA, R. S. R.. Significados e sentidos de ensinar artes visuais e prática docente: colaboração no agir e pensar. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, p. 11884-11896, 2021. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/24102/19295>> Acessado em: 26/02/2021.

TEIXEIRA, W. O. R.; SILVA, L. L. S. **A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler: um projeto educacional para extirpar o analfabetismo em Natal/RN.** *Research, Society and Development*, v. 6, p. 34-46, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5606/560659004003/560659004003.pdf>> Acessado em: 21/02/2021.